

International Affairs Network

Spotlight

Dezembro, 2024



O Mundo em 2025

Conteúdos

Antevisão geral	2
Um delicado exercício de transição Luís Tavares Bravo	
Política Internacional	3
Quatro sustos (valentes) e resposta nenhuma. A política de poder e os regimes ocidentais Diana Soller	
Política	6
Este pode ser o primeiro ano do resto das nossas democracias Margarida Davim	
Economia	9
O Desafio de Draghi Pedro Lino	
Digital	12
Winter is coming? O futuro da Inteligência Artificial Catarina Peyroteo Salteiro Laura Lisboa	
Sociedade	15
O desafio da migração na próxima década Sónia Leal Martins	
Ficha Técnica	18
International Affairs Network	18
Órgãos do International Affairs Network	

Um delicado exercício de transição



Luís Tavares Bravo

Economista, Presidente do International Affairs Network

O ano de 2024 trouxe enormes desafios e tendências que provavelmente marcarão o mundo por várias décadas. Na última edição do *Spotlight* sugerimos que este poderia ser o início de uma nova versão dos “loucos anos 20”, marcados não só pelas rápidas transformações na indústria e na tecnologia, mas também nos hábitos e padrões da sociedade. Com estas alterações surgem novos desafios às democracias ocidentais, e o posicionamento futuro das mesmas face a uma série de variáveis exige respostas urgentes. Para a Europa, estes são desafios de elevada monta e tempo passa rapidamente.

Numa primeira análise, a economia está a mudar e a Europa precisa de se reposicionar num mundo de maiores adversidades geopolíticas. O debate acerca das eleições norte americanas e da futura presidência republicana faz antever um corte significativo nas relações transatlânticas em termos comerciais, naquele que promete ser um regresso a uma agenda de maior protecionismo global. Ao mesmo tempo, os conflitos militares que persistem na Ucrânia, criaram uma renovada cortina de ferro entre ocidente e leste que continua a acumular pressões económicas para as maiores economias da União Europeia, como é o caso da Alemanha. Por fim, mas não menos relevante, a Europa está a perder a corrida do século XXI em termos de inovação tecnológica, e arrisca-se a tornar-se irrelevante nas próximas décadas. A complexidade de crescer economicamente tem também vindo a criar desafios e cisões a nível social e político. A desilusão dos eleitores, o desapontamento com a capacidade das elites políticas em

corresponder às expectativas dos cidadãos continua a alimentar os sentimentos populistas, que se refletem no aumento da simpatia eleitoral para com partidos eurocéticos protecionistas. Esta espécie de rebelião dos eleitores, que se reflete também muito em temas como o da imigração e da coesão social, é outro dos desafios do projeto da União Europeia, e constitui um desafio para a democracia.

Nesta edição do *Spotlight*, olhamos para as cinco variáveis que julgamos mais relevantes para o debate público em 2025. Na economia, Pedro Lino analisa os alertas deixados por Mario Draghi para a Europa. Na vertente da inovação tecnológica Catarina Peyroteo Salteiro e Laura Lisboa exploram os padrões de evolução da Inteligência Artificial, que promete moldar a economia nos próximos anos – observadores como a PWC e o Internacional Data Corporation (IDC) indicam que esta tecnologia poderá contribuir com cerca de 3,5% do crescimento em 2030. A nível político, Margarida Davim discute o impacto das eleições recentes nas nossas democracias, enquanto Diana Soller nos escreve sobre a importância de a Europa despertar para uma nova realidade relacionada com os conflitos militares num mundo de equilíbrios internacionais complexos. Por fim, Sónia Leal Martins deixa-nos uma importante reflexão sobre a coesão e imigração, um tema incontornável em Portugal e na Europa nos próximos anos.

Quatro sustos (valentes) e resposta nenhuma. A política de poder e os regimes ocidentais



Diana Soller
Investigadora IPRI-Nova

Já ninguém tem dúvidas que o mundo mudou. A marca de água será 24 de fevereiro de 2022, quando a Rússia, contra quase todas as expectativas, e apesar dos avisos sonoros dos norte-americanos que todos ignoramos animadamente, avançou os seus carros de combate pelas fronteiras da Ucrânia, iniciando uma guerra em larga escala no continente que estava genuinamente convencido de que este tipo de acontecimento tinha desaparecido para sempre do seu território.

Depois veio o 7 de Outubro de 2023, em que o mundo acordou com o ataque terrorista do Hamas contra Israel, outro evento de uma magnitude que há muito não se via, nem no Médio Oriente, nem em lado nenhum. Do horror à moralização do conflito foi um instantinho, que a Europa-cansada-de-guerra sabe muito bem que está do lado dos oprimidos (vulgo Palestina), mesmo que o oprimido seja o agressor. É certo que Israel não ajudou nada com a forma como levou a cabo a eliminação do Hamas, sou a primeira a reconhecer a desproporcionalidade da violência de Telavive. Mas e tudo leva a crer que as opiniões já estavam formadas antes de Israel disparar o primeiro tiro.

Aquilo que o Ocidente se esforçou em eliminar – guerras de revisão de fronteiras, ataques terroristas, combates violentíssimos sem respeito pelo direito internacional e humanitário – voltou a fazer parte do nosso quotidiano. E não me parece que vá desaparecer tão cedo.

Nós, governos e sociedades ocidentais, reagimos mal a tudo isto, como seria de esperar. Desta vez não fechámos os olhos às tragédias (o que seria) mas vemo-las por um filtro que desenvolvemos cuidadosamente ao longo dos anos, e que agora não serve para nada. Aliás, respondemos com uma série de preconceitos: mostrámos que temos soluções morais para tudo e que a nossa superioridade civilizacional deveria ser entendida por todos (países e povos do mundo) e que abominamos a política de poder. Macron lá disse que somos herbívoros num mundo de carnívoros e que não podíamos continuar a ser, mas também já disse outras coisas ao longo dos últimos anos que caíram em saco roto.

Comecemos pela moralização. Aqui uma nota prévia. Não tenho nada contra a ideia de que tem de haver um propósito moral na política. Tenho, sim,

muitíssimas reticências em hipermoralizar a política, por dois motivos. Porque na política internacional não há boas decisões – há más e menos más – e uma política deste tipo impede que se tome qualquer decisão porque nunca se alcançam os padrões desejados; e porque quando se trata de salvar o mundo (o objetivo primeiro da hipermoralização) nunca se chega a todo o lado. Não há recursos que cheguem, não há vontade política que chegue. E há acusações de hipocrisia que sobrem.

Ora esta tremenda exigência tem efeitos muito nocivos no prestígio europeu no mundo. Inimigos como a Rússia, mesmo ali na fronteira, que nunca se esqueceram da lei do mais forte na política internacional olham para nós com um encolher de ombros e pensam na estranheza que é gente sem armas querer dizer-lhes o que fazer com as deles. Também a galvanização das opiniões públicas para temas como a defesa da Ucrânia desaparece rapidamente, porque fomos educados pelo projeto europeu para o conforto e não para o sacrifício, e quando as dificuldades duram muito tempo, não temos grandes exemplos de resiliência nos nossos líderes, que repetem frases em que já não acreditamos (“estaremos ao lado da Ucrânia o tempo que for preciso”), enquanto a ajuda esmorece e o medo de um conflito nuclear parece tomar conta do eixo Washington-Berlim que esperávamos que liderasse este processo. E de todos nós. Porque ficamos desanimados quando vemos a fraqueza a ser dominada pela força e as nossas boas intenções serem zombadas pelos autocratas do mundo.

O outro lado da moeda é a denúncia pública e sem reservas de que abominamos a política de poder. Ninguém no seu perfeito juízo deseja

viver em guerra ou com a guerra nas suas proximidades. Mas num mundo em que a competição veio para ficar, a posição mais perigosa é não fazer nada em relação ao assunto. O declínio relativo dos Estados Unidos, que já é reconhecido por Washington há mais de uma década, acompanhado da priorização do Indo-Pacífico e dos insistentes pedidos (desde Obama) para que a Europa reforçasse a sua contribuição para o esforço comum de segurança; a crescente assertividade da China; e patente agressividade antiocidental da Rússia desde (para os menos entendedores) 2014, seriam razões mais que suficientes para desencadear pelo menos, três políticas. Desenvolver pensamento estratégico de defesa com cenários com e sem os Estados Unidos; investir fortemente num complexo industrial militar – sem duplicação entre países –; e uma reforma das forças armadas dos países europeus, ainda em número insuficiente e treinadas para missões de paz e não de guerra. Todas estas medidas, bem entendido, dentro do quadro da NATO, para que esta não se tornasse irrelevante aos olhos dos Estados Unidos, independentemente de quem estivesse na presidência. Nada disto aconteceu (exceto na Polónia). Chegamos ao fim de 2024 e quase três anos da Europa assim. A palavra “geopolítica” voltou a fazer parte das nossas vidas, mas mais como um chavão do que um conceito. Tudo mudou à volta da Europa e na Europa não mudou quase nada. Não reconhece que não há soluções diplomáticas para tudo. Ou reconhece, mas está paralisada pelos preconceitos que nos fizemos a todos felizes durante décadas, mas podem tornar-nos profundamente infelizes em meses.

Donald Trump ganhou as eleições nos Estados Unidos. Se a política de poder tivesse imperado em

Bruxelas e, principalmente, nas capitais europeias não seria dramático. A existência da NATO não estaria ameaçada, seria um instrumento fundamental da política externa norteamericana. Em 2007, Vladimir Putin fez o primeiro discurso declarando-se inimigo do Ocidente, logo em Munique, na Conferência Anual de Segurança. Nada aconteceu. Em 2008 entrou com carros de combate em Tbilissi, na Geórgia. A culpa foi de Saakashvili, portanto, ninguém se preocupou. Em 2014, forças especiais russas sem insígnia invadiram a Crimeia, e Moscovo anexou-a. Os países da NATO comprometeram-se a gastar 2% do seu PIB em defesa e ainda há países, como Portugal, que não cumprem. Em 2016 Trump ganhou as eleições pela primeira vez pondo em causa do artigo V, deixando a Europa desguarnecida de segurança. Em 2022, a Rússia invadiu a Ucrânia. Três anos depois, e com o

quarto susto concretizado – a segunda eleição de Trump – a Europa não aprendeu as lições que o mundo e a história lhe deram, ou se o fez, recusa-se a mudar o suficiente para lidar com os desafios.

Acomodámo-nos, elites e sociedades. Pensamos que a prosperidade e a segurança eram dados adquiridos. Que se não aborrecêssemos ninguém e continuássemos a ser um exemplo civilizacional (sem percebermos a arrogância desta ideia) poderíamos continuar a viver sem sobressaltos. O castelo de cartas ruiu, mas não reagimos. Quando muda o ano, ouvem-se pedidos de paz no mundo. Eu gosto de paz. Mas ficaria muito satisfeita se os desejos deste ano passassem por mudar as mentalidades e abraçar os desafios – difíceis – da geopolítica e da política de poder. Em nome de uma paz segura no futuro.

Este pode ser o primeiro ano do resto das nossas democracias



Margarida Davim

Jornalista política e comentarista da CNN/TSF

O conceito de democracia é indissociável do voto. No momento em que votamos, sentimo-nos verdadeiramente parte da política. E isso só acontece porque acreditamos que cada um tem direito a um voto e todos os votos valem o mesmo. Vivendo em democracias representativas, fomos aprendendo a conviver com a forma como se constroem maiorias a partir de votos, sabendo que elas se erguiam sobre alguns consensos sobre direitos sociais, liberdade de expressão e igualdade perante a lei. Isto deu-nos a ilusão de que existia um contrato social sólido, instituições com mecanismos de contrapeso e escrutínio e, no geral, uma espécie de futuro radioso em direção ao progresso, sem retrocessos nos direitos adquiridos. Acontece que essa percepção está a ruir. E 2025 será um ano essencial para perceber até onde pode ir essa ruína.

O ano de 2025 arranca no rescaldo de resultados eleitorais com potencial para reconfigurar muito do que até agora demos como adquirido nas democracias ocidentais. A vitória incontestável de Donald Trump nos Estados Unidos é talvez o sinal mais forte dessa reconfiguração. Uma vitória que aconteceu na sequência de uma campanha durante a qual Elon Musk (o multimilionário que é dono de uma das

maiores redes sociais do mundo) ofereceu abertamente dinheiro para comprar votos, subvertendo por completo tudo o que julgávamos saber sobre democracia e votações, sem que aparentemente isso tenha tido (pelo menos para já) qualquer consequência. Mas há outros sinais.

A forma como Emmanuel Macron atrasou até ao limite a constituição de um Governo na sequência de umas legislativas que foram ganhas por uma frente de esquerda, acabando por indigitar um primeiro-ministro suportado por uma frágil e imprevisível maioria que vai da extrema-direita ao centro-direita, foi talvez um desses primeiros sinais. As escolhas de Macron tornaram evidente a inconsistência da linha vermelha que o centro-direita disse sempre ter traçado em torno da extrema-direita. Quando chegou a altura de precisar desses votos para sustentar uma governação que afastasse a esquerda do poder, não houve uma hesitação. A opção é absolutamente válida à luz das regras francesas, mas comporta riscos. Ela traduz um pragmatismo que se sobrepõe à enunciação de valores e torna ainda mais clara a aproximação da direita moderada à direita mais extremista, transformando em maioria (ainda que instável) um caminho de proximidade

que já se vinha fazendo em alguma retórica e nas políticas, nomeadamente no que toca à imigração e à segurança.

A vitória de Javier Milei na Argentina é ainda mais disruptiva e outro sinal claro de ameaça ao que se convencionou chamar o centro moderado. O autoproclamado anarcocapitalista, que se apresentava aos eleitores com uma motosserra na mão para cortar no Estado e chegou a admitir que a venda dos próprios filhos fosse legalizada para ajudar os pobres, foi eleito com 56%. A braços com uma crise insuportável e uma inflação galopante, quase 15 milhões de argentinos decidiram votar num candidato que há poucos anos pareceria uma caricatura. E isso diz-nos mais sobre a falência do centro-moderado do que sobre o poder da retórica desbragada e populista. A ausência de respostas políticas aos problemas reais dos eleitores levou-os a uma opção radical, que põe em causa muitos dos seus direitos. E essa é a medida do desespero de quem sente estar num sistema que não lhe dá respostas nem esperança.

Talvez em Portugal esse cenário pareça ainda distante. Afinal, AD e PS representam juntos 58,21% dos votos. Olhando assim para os resultados das legislativas de março, o centro parece sólido. Mas é preciso atentar aos pormenores. E esses pormenores estão no discurso político. Depois de o Chega ter conquistado mais de um milhão de votos, é possível observar uma mudança na retórica. Políticos do centro moderado não hesitam em usar expressões como “portas escancaradas” para falar de imigração ou em ceder a tentações securitárias, empolando os riscos de segurança.

Será, por isso, interessante acompanhar a campanha das

autárquicas, as eleições que em Portugal vão marcar 2025. Carlos Moedas, o candidato do PSD em Lisboa, tem endurecido o discurso sobre segurança e imigração, muitas vezes unindo dois temas que todos os dados disponíveis mostram não estarem interligados. Mas não está sozinho na adoção de uma retórica que até agora estava relegada essencialmente para as margens da política.

A prova mais evidente disso é Ricardo Leão, o socialista obrigado a demitir-se de uma das maiores estruturas do partido (a Federação da Área Urbana de Lisboa do PS), depois de aprovar, como presidente da Câmara de Loures, uma recomendação do Chega que previa (contra a Constituição) retirar casas municipais a quem tivesse estado envolvido nos atos de vandalismo que grassaram nas periferias da Grande Lisboa na sequência da morte de Odair Moniz, um cidadão negro baleado pela polícia na Cova da Moura.

As declarações de Leão dividiram o PS, entre aqueles que as condenaram veementemente (os mais vocais) e aqueles que, mais discretamente, iam admitindo que discursos como os do presidente da Câmara de Loures não são assim tão impopulares entre autarcas socialistas. E é por isso que este episódio tem importância. Será preciso estar atento aos discursos que vão ser feitos por todo o país nestas autárquicas para medir o pulso a esta tendência entre os candidatos da AD e do PS.

Até que ponto a retórica populista está a tomar conta das bases dos partidos do grande centro moderado? O grau de contaminação pode servir para aferir a influência do Chega, que pode ir muito para lá dos seus resultados eleitorais. Ter a capacidade de influenciar o discurso

político representa um poder enorme. Um poder muito para lá dos 50 deputados que já se sentam na Assembleia da República.

A influência que o Chega tem construído, muito em cima de uma hábil utilização das redes sociais e da adoção de fórmulas de comunicação testadas pela extrema-direita em todo o mundo, pode abrir caminho a que, num futuro não tão longínquo, esta força política possa chegar à governação.

As notícias sobre a queda do Chega no rescaldo do fraco resultado nas eleições europeias deste ano podem ter sido manifestamente exageradas. A popularidade que o partido de André Ventura tem entre os mais jovens (alguns deles ainda sem capacidade de votar) e a forma como a sua agenda política consegue projeção mediática têm de ser levadas em conta e talvez nos digam mais do futuro do Chega do que os resultados das europeias, umas eleições historicamente com enormes taxas de abstenção e que parecem suficientemente distantes para não empolgarem os eleitores que votam habitualmente em André Ventura.

O ano político de 2025 vai ser também aquele em que Portugal vai começar a preparar as eleições presidenciais. É muito provável que no arranque do novo ano se comecem a posicionar na linha de partida aqueles que vão ser os candidatos. E, mais uma vez, será interessante perceber a que ponto os ventos de populismo que sopram pelo mundo chegarão à corrida a Belém.

Não será indiferente ter, como parece possível, um candidato militar à Presidência da República. Muito menos se se pensar que o Almirante Gouveia e Melo (que aparece com excelentes resultados nas sondagens) é um homem cuja imagem pública não vai muito para lá de uma certa ideia de autoridade e eficácia, conferida por um discurso antipolíticos e por ser o rosto de uma campanha de vacinação que é verdadeiramente uma vitória coletiva do SNS, mas que foi apresentada como o resultado do trabalho de um rosto individual.

Se os povos ocidentais anseiam por políticos carismáticos, com retóricas agressivas, que não hesitam em pôr em causa os tais consensos sociais e políticos que foram o chão comum das democracias no último meio século, a verdade é que os partidos do arco moderado têm falhado em tirar daí conclusões (e ações) que nos possam fazer acreditar que está em curso a construção de um caminho para salvar a democracia tal como a conhecemos.

E é também por isso que o ano de 2025 será definidor. Não só pelo que farão os políticos dos extremos mais desbragados e populistas, mas sobretudo pela capacidade de reação que a isso terão os políticos ditos moderados. A julgar pelo que está a ser 2024, as respostas podem não ser animadoras. Mas o ano que aí vem será certamente definidor.

O Desafio de Draghi



Pedro Lino
CEO Optimize e Economista

Mário Draghi elaborou recentemente um [Relatório](#) onde aborda os desafios da competitividade europeia. Esta iniciativa teve início no repto lançado pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, cuja prioridade é a competitividade europeia, com especial enfoque na redução da burocracia e na coesão do mercado interno.

Antes da análise ao Relatório, temos de contextualizar a evolução deste tema ao longo dos últimos 25 anos. Em março de 2000 foi lançada a Estratégia de Lisboa, que ambicionava tornar a União Europeia numa economia competitiva e dinâmica até 2010. Em 2008 a Agenda de Competitividade de Crescimento ganhou forma. Em 2010 foi a vez da Estratégia Europa 2020, um plano que visava impulsionar o crescimento, em resposta à crise financeira, e mais uma vez ambicionava tornar a Europa numa economia competitiva.

Os objetivos eram nobres, e iniciativas como a difusão da internet de alta velocidade ou encorajar a inovação e utilização eficiente de recursos, lançaram as bases para uma Europa mais sustentável. No entanto, os seus objetivos globais ficaram longe de ser alcançados, estando hoje a Europa a

larga distância da China e dos EUA. Basta pensarmos nas redes sociais onde, entre Facebook, Instagram, rede X, WhatsApp, etc, não temos uma única empresa europeia, nem um acionista europeu como referência em qualquer destas empresas, que detêm o monopólio do mercado europeu. No sector das telecomunicações vivemos a mesma situação. Qual a marca de telemóvel europeia que sobreviveu à inovação da Apple, Samsung ou da Xiaomi?

Mas a realidade é bastante mais sombria. Qual o banco de referência europeu, empresa de energia, de telecomunicações, de transporte que está presente em todos os países da União Europeia ou da Zona Euro? Onde estão a sinergias e o aproveitamento do mercado comum?

Muito pelo contrário. No auge da crise de dívida europeia, os Estados tiveram de se financiar junto de investidores asiáticos estatais para se salvarem. Esta ferida é real e nunca foi sarada. A Europa não conseguiu salvar-se a si própria, e criou um fosso entre países.

Uma das causas está num ponto que o Relatório Draghi não aborda. Os investidores europeus são incentivados a procurar o lucro fora da Zona Euro, e

rumam aos EUA, onde o capital não tem uma conotação negativa.

Nos últimos 125 anos a hegemonia americana não parou de crescer, até aos dias de hoje. O mercado de ações americano, que em 1999 representava apenas 15% da capitalização mundial, atingiu os 50% em 2017 e em 2024 já supera os 65% do *MSCI All Country World Index (ACWI)*! A alternativa ao dólar criada pelos BRICS, não passa de uma diversão, uma brincadeira que mantém os europeus distraídos.

O relatório de Draghi, não deixa de ser mais do mesmo, uma vez que não refere nada de novo que a Estratégia de Lisboa não o tenha feito.

Tem o mérito de mais uma vez tentar chamar a atenção para o que deve ser feito, e por isso mesmo é um relatório político, que foca nos seguintes aspetos como a aceleração da transição digital, investimento em energias renováveis, melhoraria da flexibilidade do mercado de trabalho, apoio à inovação, robustecimento das cadeias de abastecimento, garantia da independência energética, entre outros.

Mas todas estas temáticas são conhecidas há 20 anos!

O Relatório aborda ainda uma política industrial que alinhe os interesses dos diversos países. Mas será que a Comissão Europeia e Draghi já se deram conta que o sector automóvel europeu está à beira de um *bailout*, tal como os bancos precisaram? Não podemos ambicionar ter uma política industrial e depois uma rigidez no mercado de trabalho. Veja-se a dificuldade que a Volkswagen está a ter em reduzir a produção na Europa. O poder dos sindicatos, e a ausência de visão de uma nova era de indústria digital, e de alternativas para os

trabalhadores, é impeditiva de uma Europa industrializada.

O relatório aborda o facto das elevadas taxas de imposto na Europa levarem as empresas a procurar alternativas em países com políticas fiscais mais favoráveis, mas pouco se refere à fuga do capital humano, que com elevada formação e custo para os europeus, emigra para jurisdições com melhores condições, que atraem os jovens. Esta fuga de jovens tem de ser enfrentada e devem ser criados *hubs* de inovação que fixem os jovens, competindo com jurisdições como o Dubai, Catar, Arábia Saudita, etc.

Draghi propõe a simplificação de processos de decisão dentro da UE, como forma de diminuir o custo de processo burocráticos, e o investimento de 800 mil milhões por ano até 2030, ou seja, 4 biliões de euros em 5 anos. Para que este montante fosse possível ter-se-iam de criar novos impostos, emitir dívida ou ter uma verdadeira integração do mercado de capitais, que assegurasse financiamento de projetos ou incentivar o surgimento de campeões europeus.

Mas mais uma vez, ainda há poucos anos a Comissão Europeia impediu uma fusão entre a alemã Siemens e a francesa Alstom, que criariam uma empresa capaz de concorrer com os chineses nos caminhos de ferro. Nos últimos 25 anos a União Europeia, com uma política protecionista, deu uma série de tiros nos pés, de tal forma que a recuperação da competitividade em alguns sectores é irreversível, como nas redes sociais ou tecnologia.

Relembro que ainda estamos a implementar um Plano de Recuperação e Resiliência que trouxe consigo muita inflação e pouco crescimento. A Europa encontra-se praticamente estagnada

após mais de 2 biliões de investimento, o que é muito preocupante.

A burocracia, sistemas tributários indecifráveis, refletem-se no custo de financiamento e origina a perda de eficácia destes programas.

O caso da União dos Mercados de Capitais, ou falta dela é sintomático e exemplificativo. Analisando o comportamento dos investidores europeus, quais são as empresas mais transacionadas? No top temos Nvidia, Tesla, Microsoft, Apple, ETF americanos, ou invariavelmente ativos americanas. Ou seja, se não conseguimos atrair investidores europeus para o próprio mercado como podemos ter um mercado comum? Cada país tem a sua bolsa, impostos diferentes, sistemas de retenção ou dupla retenção que são impeditivos ao investimento.

Este aspeto tem a ver com literacia financeira das empresas e dos próprios políticos. O segredo do sucesso dos EUA está no efeito de capitalização, algo descoberto por Einstein, mas ainda não deste lado do Atlântico.

Ao recomprarem ações, as empresas americanas criam escassez e um comprador permanente no mercado. Por outro, lado os planos de investimento pessoais ao direcionarem dinheiro para os mercados também criam uma procura. Na Europa não há incentivo ao investimento nos mercados, pois o capital é visto como pecado, que só pode ser taxado!

Regressemos 10 anos no tempo, a 2013/4, quando Portugal atravessava uma crise de financiamento. Portugal teve de vender empresas importantes a investidores asiáticos porque na Europa não havia quem estivesse disposto a confiar nas nossas empresas. Ora diz o Relatório que a China é agora a ameaça.

Será assim ou são os próprios europeus que não conseguem tomar decisões, e no meio das suas divergências não percebem que o mundo evoluiu?

Com as eleições americanas a União Europeia tem um desafio adicional. A Administração Trump irá querer equilibrar as trocas comerciais, favoráveis à Europa, no que será mais uma dor de cabeça, num mercado interno fragmentado, e com pouco incentivo ao consumo.

Por outro lado, a cegueira da transição energética, aliada a uma dependência da Rússia, mantém a Europa pressionada quanto aos custos de energia, que são substancialmente mais baixos nos EUA.

O Relatório de Draghi contém linhas orientadoras, que devem ser tidas em conta pelos políticos.

A complexidade fiscal, duplas tributações, retenções locais, afastam investidores.

É necessário reduzir a regulação que asfixia as pequenas e médias empresas e impede criar campeões europeus.

O relatório destaca ainda a urgência em repensar as estratégias regulatórias para que promovam a inovação, em particular nas áreas de tecnologia e inteligência artificial, onde a Europa está atrás dos EUA e da China. A evolução tecnológica é exponencial e quantos mais meses demoramos, mais anos ficamos para trás.

Esperamos que apesar de não trazer novidades o Relatório sirva para alertar que, tal como no clima, estamos quase na irreversibilidade de a Europa se tornar dispensável. Este é o desafio não só de Draghi, mas de todos nós, como europeus.

Winter is coming? *O futuro da Inteligência Artificial*



Catarina Peyroteo Salteiro
Consultora de Comunicação e Public Affairs de Tecnologia



Laura Lisboa
Doutoranda em Relações Internacionais

A Inteligência Artificial, vulgo *AI*, tem vindo a receber uma atenção crescente nos últimos anos. Desde que a OpenAI abriu o ChatGPT ao público, o recurso generalizado a tecnologias que fazem uso de inteligência artificial trouxe novos desafios aos governos e às instituições internacionais em matéria de regulação e de inovação tecnológica. Neste artigo, olhamos para o padrão de evolução da *AI* durante as últimas décadas para explorar cenários possíveis para o futuro do 'verão' mais longo da história da inteligência artificial.

No [Spotlight do IAN de 2020](#), sublinhou-se o impacto político do uso de inteligência artificial por governos autoritários, e na [edição do ano passado](#) discutiram-se as negociações em torno do *AI Act* pela União Europeia. Esta não é, contudo, a primeira vez que a inteligência artificial atrai um grande interesse. A ideia para o desenvolvimento de 'máquinas que pensam' por [Alan Turing](#) surge em meados do século XX e em 1956 a

conferência de Dartmouth cunha o termo 'Inteligência Artificial'. Contudo, o interesse do grande público, dos governos e dos investidores por esta área não foi linear, mas antes cíclico. Aos 'verões' da inteligência artificial - picos de interesse depois de avanços promissores que atraem grande investimento - seguem-se 'invernos' - períodos de desencanto e consequente desinvestimento face às limitações destas tecnologias.

Entre 1956 e o início da década de 70, as expectativas sobre as maravilhas da *AI* revelaram-se irrealistas à medida que grandes investimentos esbarraram em limitações técnicas. O investimento, sobretudo por parte dos Estados Unidos e do Reino Unido, só viria a ser retomado no início dos anos 80 com a comercialização dos primeiros *expert systems* - sistemas capazes de replicar o processo de decisão humana em domínios específicos e complexos. As expectativas para que estes sistemas

pudessem expandir-se para domínios mais abrangentes não se concretizaram e, na década de 90, assistimos ao segundo inverno da inteligência artificial. Este inverno durou até 1997, quando o sistema *Deep Blue* ganhou uma partida de xadrez ao então campeão mundial Gary Kasparov, numa reviravolta que marca o início da época em que vivemos: o [mais longo verão da inteligência artificial](#).

O crescimento do investimento desde então permitiu aprimorar técnicas de *machine learning* e *deep learning*, desenvolver modelos de *AI* generativa e *Large Language Models* (LLMs). Em paralelo com o aumento da capacidade computacional, estes modelos, treinados com grandes quantidades de dados, permitem hoje gerar conteúdos com uma coerência que simula a inteligência humana. É sobretudo a partir de 2022, quando o ChatGPT é aberto ao público, que o debate alargado sobre as consequências da inteligência artificial ganha novo folgo. Surgem no debate público questões clássicas como o impacto da crescente automação no mercado laboral e receio de que a *AI* domine a humanidade - não pela via a que a ficção científica nos habituou, mas por provocar alterações sociais e políticas profundas.

No entanto, passado o encanto inicial, as limitações da tecnologia estão a tornar-se mais visíveis. Recentemente, investigadores da Apple escreveram [um artigo](#) que conclui que as máquinas ainda não são capazes de *logical reasoning*, uma das maiores bandeiras da inteligência artificial moderna. Isto é, os sistemas não são capazes de raciocínios lógicos genuínos, limitando-se a replicar de forma sofisticada os passos de raciocínio observados nas grandes quantidades de dados com que foram treinados.

Será diferente desta vez?

Começemos por analisar este verão. À semelhança dos anteriores, quando Kasparov perde a partida de xadrez contra o *Deep Blue*, o interesse reforçado pela inteligência artificial leva a um aumento do investimento público e privado. Há, contudo, um fator que distingue este verão dos anteriores: a capacidade computacional e os dados disponíveis para treinar estes modelos cresce exponencialmente, o que permite avanços significativos, [mais rápidos que em épocas anteriores](#). O desenvolvimento da inteligência artificial em 2025 e durante a próxima década estará dependente do ritmo de crescimento do poder computacional, determinante na integração mais profunda destes sistemas no nosso dia-a-dia.

Simultaneamente, prevê-se que o [tamanho do mercado global de AI](#) ultrapasse 826 mil milhões de dólares em 2030, quase dez vezes mais que os 93 mil milhões de 2020. Este crescimento, em paralelo com a democratização da inteligência artificial, permitiu ao grande público aceder a ferramentas que anteriormente eram limitadas a *experts* - outro fator que contribui para que o presente verão se antevêja longo. À medida que as tecnologias que fazem uso de *AI* se enraízam no dia-a-dia do cidadão comum e no funcionamento das empresas e governos, será menos provável uma quebra abrupta no interesse e no financiamento associado à inteligência artificial.

Com esta maior integração surgem também novos desafios éticos, legais e políticos. Governos e organizações internacionais como a NATO ou a União Europeia têm vindo a debater e desenvolver estratégias para a adoção responsável desta tecnologia. A

primeira estratégia nacional para a inteligência artificial foi publicada pelo Canadá em 2017 e, desde então, [já 75 países](#) publicaram estratégias nacionais para esta tecnologia. A inteligência artificial deixou de ser assim apenas uma área de inovação tecnológica para se tornar uma questão política. Em paralelo com o crescente interesse e investimento público, assistimos a uma maior preocupação com o impacto destas tecnologias na sociedade e, em particular, nas democracias liberais. Iniciativas como o famoso [AI Act](#) da União Europeia, ou a [Executive Order on the Safe, Secure, and Trustworthy Development and Use of Artificial Intelligence](#) dos Estados Unidos têm como objetivo regular esta tecnologia, para que seja implementada de maneira segura. Estas iniciativas regulatórias, ainda que limitem a inovação até certo ponto, aumentam a confiança dos governos, das empresas e do público em geral no uso destas tecnologias. Tal cria condições de estabilidade para o seu desenvolvimento no médio e longo prazo, o que torna menos provável uma desaceleração no investimento e dá mais segurança a quem investiga, desenvolve e adota inteligência artificial.

O outono da inteligência artificial?

O crescente investimento, a implementação de nova regulação, a velocidade de desenvolvimento e criação de infraestruturas, e a integração de ferramentas que utilizam inteligência artificial nas sociedades, levam-nos a crer que o entusiasmo alargado em relação ao potencial desta tecnologia não colapsará num inverno semelhante ao de épocas anteriores. Poderemos, no entanto, assistir a um outono. Um período em que o entusiasmo arrefece, mas em que, à semelhança do que aconteceu com a internet, a *AI* continuará a ser desenvolvida e incorporada no quotidiano das pessoas, governos e organizações. A inteligência artificial passará de uma área de inovação e euforia para uma ferramenta essencial, integrada no nosso dia-a-dia. Mesmo que não permaneça um *hot-topic* durante décadas, cremos estar perante um ponto de não retorno: daqui em diante a inteligência artificial será uma constante. Na Europa, cabe-nos perceber em que sentido queremos desenvolver e integrar estas tecnologias de forma a defender valores democráticos, estimular a inovação e construir sociedades mais prósperas e menos desiguais.

O desafio da migração na próxima década



Sónia Leal Martins

Politóloga e Executive Board do International Affairs Network

O fenómeno das migrações faz parte da história da Humanidade. Desde sempre que os homens se deslocam, forçadamente ou não, na procura daquilo que não têm no seu lugar de origem. Foi assim na pré-história, na Idade Média, na Idade Moderna e assim continua no Mundo Contemporâneo.

Apesar de ser um fenómeno antigo acelerou com a globalização. A transnacionalização da economia, o advento dos satélites e dos meios de comunicação social e a melhoria dos meios de comunicação e de transportes, exponenciaram o movimento de pessoas na procura de uma vida melhor.

Nos últimos anos, o Mundo Ocidental no geral e a União Europeia em particular, viram-se confrontados pelo aumento de fluxos migratórios. Foram várias as razões para que tal ocorresse.

Em primeiro lugar, porque a Europa tem diversos países que foram potências coloniais e administravam territórios em África, na Ásia e na América Latina, e por esse motivo, deixaram rastros da sua cultura nesses territórios, como por exemplo a Língua. Ora por uma questão de proximidade linguística essas pessoas procuram esses países europeus para viver e trabalhar. O exemplo mais elucidativo deste facto,

surge em Portugal, onde segundo fontes oficiais 70% dos imigrantes são oriundos dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Outro fator importante para que as pessoas procurem os países da União Europeia para viver é a qualidade de vida, tendo esta diversas dimensões. A primeira é o bem-estar económico. Na Europa os vencimentos mensais dos trabalhadores são exponencialmente superiores aos dos países de origem. Outro fator não menos importante é o acesso aos serviços públicos, nomeadamente, o acesso à saúde e à educação, que tornam estes países atraentes para quem quer dar melhores expectativas de vida às suas famílias.

O recente fluxo migratório da Europa é talvez um dos maiores desafios que a União Europeia enfrenta desde a sua fundação. Os problemas com que se deparam os diferentes países europeus são complexos e não há uma solução única para os ultrapassar ou atenuar.

No entanto, há dois aspetos essenciais, que se consideram chave para uma melhor integração, quer para quem chega, quer para quem recebe – o acolhimento e a integração.

Se o processo de acolhimento se pautar pela disponibilização de serviços públicos (sociais, saúde, jurídico),

atempados e por ações específicas entre migrantes e a população local, como por exemplo campanhas de sensibilização (como forma de reduzir o preconceito) o processo de integração será certamente muito mais rápido e benéfico para todas as partes envolvidas, tornando essa mesma adaptação em algo natural e sem problemas de maior para os Estados.

A questão da integração também é muito importante, principalmente para ultrapassar as barreiras linguísticas e para oferecer programas/estratégias que ajudem os migrantes na adaptação a uma sociedade culturalmente diferente.

É preciso pensar aquilo que queremos para o futuro da Europa em matéria de migração e isso exige uma visão holística e integrada que tem por base diversos fatores, nomeadamente, as causas destes fluxos, as necessidades destas pessoas, as preocupações cada vez mais acentuadas dos países que acolhem e os objetivos sustentáveis – principalmente os que apontam para a diminuição das desigualdades.

Uma abordagem rigorosa e que se traduza numa verdadeira mudança tem de ser orientada de acordo com algumas diretrizes: proteção dos direitos humanos dos migrantes, desenvolvimento económico, política de legalização, cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável (OSD) e cooperação internacional.

A verdade é que existe uma nova ordem política internacional e nós temos de nos adaptar rapidamente, principalmente as instituições internacionais. As instituições que sustentam esta ordem são todas do pós-II Guerra Mundial. A Organização das Nações Unidas (1945), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO – 1949) e a União

Europeia (1993) têm de se adequar. Depois da sua constituição o mundo mudou, vivemos uma realidade completamente diferente, quer do ponto de vista social, quer económico e político. E é por isso que, as migrações, a par das guerras, são um dos maiores desafios para a Europa, que é procurada por milhões de pessoas que pretendem uma nova oportunidade de vida, fugindo das guerras, dos conflitos políticos e religiosos, da pobreza ou até das alterações climáticas.

Como referido anteriormente, o acolhimento e a integração são estratégias defendidas pelos atores internacionais, uma vez que os imigrantes devem ter os mesmos deveres e os mesmos direitos que os cidadãos do país que os acolhe. São pessoas e têm um objetivo comum - ter uma oportunidade de vida e de melhorar a vida das suas famílias. E é por isso que os Estados têm de ter políticas adequadas a este novo desafio, de forma a transformá-lo num acontecimento positivo na nossa história coletiva, ao invés de ser um pesadelo para todos, onde se acentuam as desigualdades sociais e se esquecem diariamente aqueles que são os direitos básicos de um ser humano.

No caso concreto de Portugal, não há dúvida de que os migrantes têm uma importância muito significativa no país. As pessoas que vêm de outros países para o mercado de trabalho em Portugal, sobretudo para setores da construção civil, da agricultura e pescas, da hotelaria e do turismo são mão-de-obra absolutamente necessária. Acresce a este fator as questões demográficas. Uma vez que somos um país, tal como toda a Europa ocidental, cada vez mais envelhecido, os migrantes têm contribuído significativamente para o aumento da natalidade.

Outro fator também ele importante, é o facto de os migrantes contribuírem para a sustentabilidade da segurança social – daqui decorre a importância de uma migração regulada, com acolhimento e integração eficientes, que se pautem por aquilo que são os direitos humanos.

Tal como já foi referido, as questões culturais e de padrão de valores são fatores determinantes para o sucesso da integração. O país acolhedor deve promover políticas públicas que integrem os migrantes - por exemplo – através do acesso a serviços públicos (saúde e educação), habitação digna e programas intensivos de aprendizagem da língua do país acolhedor.

No entanto, quem chega a um novo país tem de se adaptar aos novos padrões culturais e às regras básicas de vida. Muitos destes problemas, em Portugal e um pouco por toda a Europa, surgem na sequência da última onda de imigração de pessoas oriundas da Ásia. Os padrões culturais destes migrantes são muito diferentes dos europeus, um exemplo disso e porventura o mais importante, é a igualdade entre homens e mulheres – e este é um pilar fundamental das sociedades ocidentais.

O fenómeno dos migrantes é um problema global complexo que não pode ser enfrentado com medo. A convivência cultural e a compreensão mútua ajudam a dissipar muitos dos problemas que se vivem diariamente, mais do que as

políticas populistas cada vez mais associadas a esta temática.

Este é também um desafio político, as migrações são uma questão política. Como verificámos recentemente nas eleições dos Estados Unidos da América, este tema pode influenciar quem é o vencedor e o vencido numa eleição.

É fundamental que os partidos sociais-democratas e democratas cristãos, que estão no centro político e que fundaram a União Europeia, que sempre foram favoráveis à receção de migrantes nos diferentes países da União, coloquem na sua agenda este tema, caso contrário, este fica apenas entregue aos partidos populistas e de extrema-direita que defendem uma política de fecho de fronteiras e de repatriamentos que colocam em causa os valores da liberdade, igualdade e fraternidade.

Somos todas as pessoas e temos objetivos comuns, vivermos melhor e termos novas oportunidades, com dignidade, em harmonia, em paz e em segurança. É bom que daqui a 10 anos, a bem do mundo, mas principalmente da Europa, estejamos a comemorar o sucesso do acolhimento e da integração e a escrever uma nova página na história europeia.

O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos autores e não representa necessariamente a posição oficial da International Affairs Network.

Ficha Técnica

Editor-in-chief:

Laura Lisboa

Equipa de suporte de projeto da edição:

Pedro Melo

Sónia Leal Martins

Tiago Cavaco Alves

Edição texto e montagem:

Sofia Singeis

Capa, artes e ilustrações:

Gualter Amaro

International Affairs Network

Órgãos do *International Affairs Network*

Direção



Luís Tavares Bravo
Presidente



Laura Lisboa
Vice Presidente



Tiago Cavaco Alves
Vice Presidente



Pedro Melo
Tesoureiro



Sónia Leal Martins
Executive Board
Member



Telmo Carrapa
Executive Board
Member



Sílvia Ratão
Executive Board
Member



Pedro Lino
Non-executive
Board Member



Sofia Singeis
Non-executive
Board Member



Francisco Amaral
Non-executive
Board Member

Mesa da Assembleia Geral



Inês Domingos
Presidente



Inês Ramalho
Vice Presidente



Marco Claudino
Vice Presidente



João Nuno Galvão
Presidente

Conselho Consultivo

Conselho Fiscal

